LIBERALISMO GRADUAL E RESPONSÁVEL

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



A ELEIÇÃO de Jair Bolsonaro veio acompanhada de uma agenda liberal pautada em equilíbrio fiscal, diminuição do tamanho do Estado, melhoria do ambiente de negócios e redução do custo Brasil. Destacam-se, nessa pauta, as privatizações e as reformas da previdência e tributária.

Em teoria, todos os setores da economia apoiaram essa agenda pró-mercado. Na prática, há resistência a medidas que promovam maior concorrência no mercado doméstico via importações, contradição que se verifica até no posicionamento dissonante entre o presidente e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Iniciada a gestão do novo governo, a agricultura aparece no centro desse dilema. A redução da tarifa *antidumping* ao leite em pó oriundo da União Europeia e da Nova Zelândia, a indicação de elevação das taxas de juros do crédito rural e a eventual oneração das exportações do agronegócio trouxeram inquietação ao setor.

Acreditamos na tese liberalizante de promover a concorrência e elevar a produtividade, mas confiamos mais no seu sucesso mediante o estabelecimento de uma agenda gradual de implementação. A súbita alteração das políticas implantadas tende a trazer efeitos colaterais que podem implicar danos e custos maiores para a sua reparação.

Defendemos que a redução das tarifas de importação se dê em um contexto de ampliação do acesso a mercados e construção de acordos comerciais. A diminuição das tarifas elevará as importações sem dar oportunidade para o setor exportador ganhar mercados. A redução de alíquotas ou a retirada de tarifas – a exemplo do leite – poderia ser concedida no âmbito da negociação com a União Europeia de modo a permitir a obtenção de contrapartidas (tarifas, cotas e preferências) para os exportadores brasileiros.

A proposta de redução da equalização das taxas de juros do crédito rural também precisa ser analisada com cautela, pois essa política permite fixar as taxas em níveis mais próximos à concorrência internacional, em patamares mais condizentes com o nível de risco da agricultura.

Produzir, no Brasil, é uma façanha, em razão do custo Brasil e das deficiências de infraestrutura logística. Portanto, é importante considerar que medidas de proteção/apoio ao setor representam apenas paliativos para mitigar distorções de ordens financeira, comercial e tributária.

O Brasil é um dos países que menos subsidia sua agricultura e tem eficiência técnica na maioria das cadeias produtivas, mas está sujeito às adversidades climáticas de um país tropical, além de perder competitividade da porteira para fora.

A fim de evitar uma desestabilização no setor que tem sido alicerce da nossa economia, recomendamos prudência em eventuais alterações nas políticas públicas. A experiência forma minha convicção de que a transição ao modelo liberal deve ser gradual e com responsabilidade.

Assim, o governo terá condições de fomentar as atividades mais sensíveis e compensar o setor produtivo, viabilizando ganhos de competitividade por meio de um sistema tributário mais justo e um mercado financeiro mais competitivo e com um custo logístico menor. Em condições justas de concorrência e com uma política sólida de gestão de riscos, o agronegócio fortalecer-se-á e contribuirá muito mais para o desenvolvimento do País. ■